

Narrativas de desenvolvimento e adaptação climática no semiárido do Rio Grande do Norte: o caso da barragem de Oiticica¹

José Gomes Ferreira²
Matheus Fortunato Barbosa Gomes³
Winifred Knox⁴

Resumo: Em 2013, o avanço da construção da barragem de Oiticica, situada no município de Jucurutu, gerou expectativa, bem como conflitos sociais e institucionais. Para o governo do Rio Grande do Norte, Oiticica é uma obra estruturante, na medida em que tende a garantir justiça hídrica, promovendo a segurança alimentar, assim como o controle de cheias e de armazenamento da água da transposição do rio São Francisco. O artigo resulta de uma ampla revisão da literatura sobre o papel das infraestruturas no desenvolvimento e na resposta à crise climática. Nele procuramos dar resposta à questão: contribuirá Oiticica para a construção de resiliência climática da região? Para se alcançar os nossos objetivos procedemos ao acompanhamento das agendas do governo estadual, dos movimentos sociais e da mídia, bem como de visitas às obras e realização de entrevistas.

Palavras-chave: Barragem de Oiticica, recursos hídricos, adaptação climática, semiárido.

Narratives of development and climate adaptation in the semiarid region of Rio Grande do Norte: the case of Oiticica dam

In 2013, the construction of the Oiticica Dam, located in the municipality of Jucurutu, generated expectations, as well as social and institutional conflicts. For the government of Rio Grande do Norte, Oiticica is a structural project, as it tends to guarantee water justice, promoting food security, as well as flood control and storage of water from the transposition of the São Francisco River. This article results from a comprehensive literature review on the role of infrastructure in development and response to the climate crisis. We sought to answer the question: will Oiticica contribute to the construction of climate resilience in the region? To achieve our objectives, we followed the agendas of the state government, social movements, and the media, as well as conducted visits to the construction site and interviews.

Palavras-chave: Oiticica Dam, water resources, climate adaptation, semiarid.

¹ A pesquisa integra o projeto Desafios para a gestão sócio-ambiental e de adaptação às mudanças climáticas em cenários de riscos e vulnerabilidades socioambientais em municípios do semiárido do Rio Grande do Norte financiando pela FAPERN – Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte, com coordenação geral no Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da professora Zoraide Souza Pessoa. A primeira versão do texto foi apresentada no 46º Encontro Anual da ANPOCS, 2022.

² Doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Até julho de 2022 foi professor visitante no Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando como professor na Graduação em Gestão de Políticas Públicas e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Integra o grupo de pesquisa SEMAPA

³ Mestre pelo Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Email: matheusfortunato987@gmail.com

⁴ Professora do Instituto de Políticas Públicas e programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Email: winifred.knox@ufrn.br

Introdução

As grandes infraestruturas hídricas têm sido colocadas em destaque no seu papel de reservatórios que podem acumular água tanto para abastecimento das cidades e produção de alimentos quanto para produção de energia. Desde finais do séc. XVIII que na perspectiva hidráulica os grandes reservatórios são considerados como promotores de desenvolvimento, bem como de crescimento econômico e emprego. Uma parte da resposta à Grande Depressão de 1929 foi baseada nesse paradigma, por sua vez, reforçado nas teses keynesianas da necessidade de investimento do estado para gerar emprego. Esse paradigma veio a alterar-se gradualmente.

A primeira reunião internacional sobre água ocorreu, em 1965, na cidade de Washington (EUA), com objetivo de discutir ações de cooperação técnica, entre os países, no abastecimento de água (LEÃO, 2014). Como resultado desse evento, foi instaurado o Decênio Hídrico Internacional 1965-1974, promovido pela UNESCO para chamar a atenção para o grande problema das ameaças da finitude da água e da questão do acesso global. Vários debates têm sido conduzidos nas últimas décadas, trazendo igualmente a perspectiva ambiental e de sustentabilidade, mas também social, a partir da Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Em abordagens mais conservadoras do desenvolvimento, a construção de barragens, canais de irrigação e adutoras continua sendo encarada como prioritária. Na península ibérica, destaca-se a obra da transposição das águas da cabeceira do Tejo para as áreas do Levante Espanhol. Em Portugal, o tema tem sido argumento para a construção de barragens e projetos de transvase em contexto de seca, de que são exemplo o projeto da barragem de Girabolhos e o túnel de ligação do Zêzere ao Tejo (FERREIRA, 2019). Especialistas e ambientalistas rejeitam estes grandes projetos com argumentos em defesa da biodiversidade e da necessidade de diversificação de respostas, destacando o impacto na regeneração dos ecossistemas e na justiça hídrica, mas também o efeito de emissão de metano das barragens, além de serem superfícies muito expostas à evaporação.

Outro exemplo é a transposição da água do rio São Francisco, puxada para a agenda política para alívio da seca e para responder às demandas de sobrevivência com segurança hídrica e desenvolvimento do Nordeste. O semiárido brasileiro tem um histórico de secas e é conhecido pela construção de açudes e barragens, assim como na discussão sobre o papel das infraestruturas hídricas no desenvolvimento e as suas interrelações com o desenvolvimento e a chamada indústria da seca (FERREIRA, 2020). Dado o clima, o relevo

e o solo, a açudagem é fundamental para armazenar a chuva que cai de forma torrencial, podendo também prevenir eventuais inundações.

Nas últimas décadas, a crise climática global veio complexificar os problemas e questionar ainda mais essa perspectiva hidráulica, porém, mostrando igualmente que em determinados contextos, a infraestrutura hídrica de dimensão adequada e com usos promotores da inclusão, pode ser um elemento decisivo na adaptação climática. Para tal, é necessário aprofundar a discussão, diferenciando o papel das grandes obras hídricas para o desenvolvimento e também para a adaptação climática (SEN, 2020).

Em particular no Rio Grande do Norte, um dos nove estados da região Nordeste, a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, inaugurada em 1983, não só trouxe a possibilidade de garantia hídrica para dezenas de municípios do estado como também promoveu um modelo de fruticultura irrigada de base exportadora. A seca entre 2012-2018 mostrou a importância desta barragem e evidenciou a necessidade de ser reforçada a garantia hídrica para fazer face às secas que apresentam um padrão de duração e intensidade que pode ainda se agravar. A barragem de Oiticica, a montante da Armando Ribeiro Gonçalves, tem-se apresentado como um reforço. A barragem avançou para a sua execução, em 2013, após ser assinado o Termo de Compromisso que transferiu a responsabilidade da construção do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), um órgão federal, para o governo do estado do Rio Grande do Norte.

A obra insere-se na mesma proposta clássica de desenvolvimento que acredita que a construção de grandes projetos, como o de barragens, se produz o desenvolvimento, tendo que lidar com a forte tensão provocada pelo resultado das obras dos grandes projetos de desenvolvimento - GPD (RIBEIRO, 2008), assim como o fato das infraestruturas reproduzirem desigualdades pré-existentes (GERHARDT, 2014.). Resultando em vários conflitos sociais por moradia, emprego e cultura, lacunas presentes no projeto, fomentando a ideologia do progresso, o conflito entre as comunidades vizinhas e também uma ideia contraditória de exclusão do impulso de desenvolvimento (FERREIRA; DANTAS, GOMES, 2022).

A barragem se apresenta com potencial para auxiliar na adaptação climática da região, ao permitir armazenar mais de 556.258.050m³ de água (COINFRA/SEMARH, 2022). O processo participativo propiciou a visualização dos diversos conflitos, assim como teve entre as demandas a busca por garantir justiça hídrica quanto ao abastecimento doméstico às comunidades locais e promoção da agricultura familiar. A nova barragem

também servirá no controle de cheias e no armazenamento da água da transposição do rio São Francisco para o reservatório de apoio à barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

A barragem de Oiticica trouxe polêmica na fase de construção, opondo as populações locais aos promotores da obra, mas também o próprio governo do Rio Grande do Norte ao governo Federal por conta do protagonismo político que o reservatório pode conferir, e por extrapolar os custos iniciais resultando na necessidade de repasse de mais dinheiro. Em causa estão diversas lacunas do projeto que, por exemplo, não diagnosticou a necessidade de realocar a comunidade Barra de Santana, incluindo o cemitério local, e não considerou a existência de gravuras rupestres na região, que têm a necessidade de ao menos a catalogação com base na política brasileira. Por outro lado, também não planejou as indenizações aos afetados e os futuros usos da área anexa à alagada.

Oiticica insere-se nas lutas pelo território e pelo controle de recursos naturais em uma área com potencial de expansão de atividades econômicas, designadamente a agricultura de irrigação. A barragem insere-se no modelo de desenvolvimento do estado e da região e que se tem mostrado favorável a aparatos tecnológicos de grandes dimensões como promotores de riqueza e desenvolvimento sustentável. Nesse modelo, as infraestruturas hídricas por si só aparecem como indutoras do desenvolvimento local e regional (FERREIRA, 2019) e, em que podemos também adicionar nesse movimento centrado na tecnologia e equipamentos, a construção desenfreada de parques eólicos, futuramente, também *offshore*, assim como usinas solares e a possível construção de usinas de produção de hidrogênio, tendo todas como denominador comum os recursos da natureza e a necessidade de grandes investimentos.

Ainda assim, não podemos ignorar o valor estratégico da barragem para as comunidades rurais beneficiadas e para os municípios do Seridó que, com o novo reservatório, garantem um reforço na autonomia hídrica que poderá facilitar o acesso à água. Durante as últimas crises hídricas este acesso se fez buscando sucessivamente novos pontos de captação na barragem Armando Ribeiro Gonçalves e redimensionando o tamanho das adutoras. A obra avançou nessa perspectiva do reforço da capacidade de armazenamento da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e como barragem que receberia em primeira mão a água da transposição do São Francisco, mas não podemos igualmente ignorar o impulso que venha a ter a agricultura familiar da região.

Com a inauguração adiada por diversas vezes e remarcada para 2023 não temos, para este artigo, possibilidade de assistir à entrada em funcionamento da barragem, pelo que deixaremos essa componente para futuras análises. Assim, a partir do exposto o objetivo do artigo é analisar o posicionamento dos atores institucionais que intervieram na construção

da barragem de Oiticica, procurando identificar as motivações para além da preocupação tradicional com a construção da barragem como um desígnio local, identificando as narrativas que emergiram, assim como analisar até que ponto estas questões manifestam os ideais da adaptação climática e justiça hídrica através da pesquisa prévia já realizada.

Metodologia

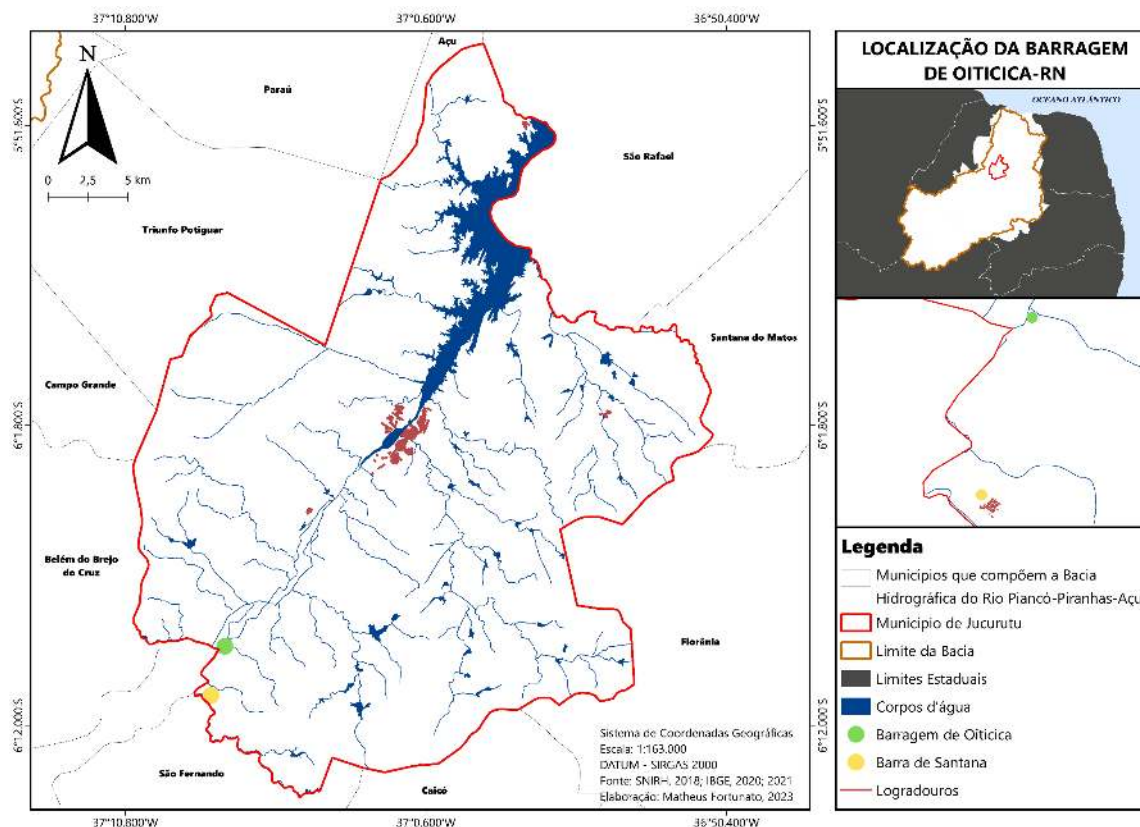
O artigo foi antecedido de uma pesquisa que realizou uma ampla revisão da literatura sobre a temática do conflito (FERREIRA; DANTAS; GOMES, 2022). Na sequência, para se discutir o papel das infraestruturas no desenvolvimento e as projeções climáticas regionais, aprofundamos a coleta de informação através do acompanhamento das diversas agendas, selecionando narrativas dos anos 2020 e 2021. Para reconstruir a agenda do governo estadual, pesquisamos as políticas públicas sobre a barragem no Diário Oficial do Estado. Também coletamos e organizamos informação nos sites do governo, em particular, da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH-RN) e Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte (IGARN); nos jornais Tribuna do Norte, G1 RN e Saiba Mais. E, por fim, acompanhamos a agenda do Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica através da divulgação das suas lideranças nos grupos de WhatsApp. Para o artigo, estamos apresentando o enquadramento da obra na construção da resiliência climática, e soberania alimentar e hídrica do RN. Além do próprio Plano de Recursos Hídricos da Bacia Piranhas-Açu, coletamos registros da mídia e dos movimentos sociais, organizamos seminários e debates sobre o tema, visitas às obras e realizamos entrevistas. Consultamos, igualmente, o Diário Oficial da União e o Portal da Transparência.

As análises pretendem se inserir como auxílio na reflexão sobre o que seria de fato uma agenda de adaptação para uma bacia hidrográfica no semiárido nordestino. Assim, em um primeiro momento trazemos a análise do tema das mudanças climáticas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu e, igualmente, como aparece mencionada, a construção da barragem de Oiticica, no referido documento de planejamento. No momento seguinte destacamos as agendas de governo estadual, da mídia e do movimento dos atingidos a propósito das várias dimensões que compõem a construção da barragem, destacando-se a questão da adaptação frente às dimensões sociais e de desenvolvimento regional do projeto.

Histórico

A barragem de Oiticica encontra-se inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, abrangendo, especificamente, os municípios de Jucurutu, Jardim de Piranhas e São Fernando, no estado brasileiro do Rio Grande do Norte (FIGURA 1).

Figura 1 - Localização da Barragem de Oiticica



Fonte: elaboração própria com bases nos dados de SNIRH, 2018.

O primeiro projeto foi elaborado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), na década de 1950. Na tentativa de responder às secas severas da década, o presidente da república, Getúlio Vargas, nomeou José Américo de Almeida para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, com a indicação de que deveria intervir nas obras hídricas do Nordeste (MOREIRA, 2017). Na proposta inicial, a infraestrutura tinha uma capacidade projetada de aproximadamente 500 m³, com a finalidade de irrigar uma área de cerca de 10.000 ha, com conseqüente criação de perímetros irrigados, e deveria aumentar a segurança hídrica de 17 municípios da região, assim como contribuir para controlar as cheias na cidade de Jucurutu. Dois momentos, durante esse período, destacam-se por terem interrompido a construção da barragem. O primeiro foi resultado do suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954, e, segundo, ocorreu, pelo avanço da construção das obras da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Mais tarde, o IV Plano Diretor da Superintendência

do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no período de 1969 a 1973, previa a conclusão de parte da obra para 1971.

Em 2007, o projeto foi integrado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, contudo a obra somente avançou com a assinatura do Termo de Compromisso nº 001/201, no dia 1 de abril de 2013, correspondente ao Processo nº 59400.002448/2013-21, que transferia a responsabilidade da construção da barragem de Oiticica do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a quem competia à construção por se tratar de um rio federal, visto que banha dois estados, para o executivo do estado do Rio Grande do Norte por meio da SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Este documento trouxe orientações às obras de construção da Barragem Oiticica, localizada no Rio Piranhas-Açu, no município de Jucurutu-RN, indicando que teria capacidade de acumulação de 556.258.050 m³, inundando 6.000 hectares.

O valor para execução da barragem foi de R \$311.000.000,00 (BRASIL, 2013), sendo R\$ 19 milhões de contrapartida do estado do Rio Grande do Norte. Politicamente, a obra resulta, igualmente, da articulação do então deputado federal Henrique Eduardo Alves e da governadora Rosalba Ciarlini Rosado, que conseguiram levar, ao local, a presidenta Dilma Rousseff, conferindo importância estratégica à obra (TRIBUNA DO NORTE, 2013). O atual projeto não serviria apenas para acumular água do rio Piranhas-Açu, mas igualmente de reservatório às águas do projeto de transposição do rio São Francisco, com acumulação de água complementar à barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

A barragem deveria ter sido concluída em 2015, porém tem sido protelada, prevendo-se que finalize em 2022. Com a sucessiva alteração do projeto, o valor original de custos de R\$ 311 milhões aumentou para R\$ 549.996.667,00, segundo informação com data de 30 de junho de 2018 do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento (BRASIL, 2019) e do Governo do Estado. Com data de 14 de dezembro de 2018, o Portal da Transparência indica R\$ 575.634.930,85 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018). Como a obra não está ainda concluída, esses custos têm aumentado, segundo dados facultados pelo Governo do Estado somam R\$ 657.245.319,58 (COINFRA/SEMARH, 2022). Com todas as alterações no projeto, o reservatório inundará uma área de 6.000 ha, acumulando um volume de água superior a 556.258.050 de metros cúbicos de água, que pretende beneficiar mais de 500 mil pessoas (COINFRA/SEMARH, 2022).

A expectativa, atualmente, é que Oiticica não seja usada apenas para irrigação e se transforme, a curto prazo, em um dos mais importantes reservatórios para a garantia do abastecimento para uso doméstico para as cidades da região do Seridó (ANA, 2016), que abrange parte dos municípios do semiárido do interior do estado.

O atraso na conclusão da obra deve-se, em primeiro lugar, às dificuldades não previstas de expropriação e respectiva indenização, entraves que estiveram na origem de diversos conflitos com a comunidade, responsáveis pela paragem das obras em vários momentos, mas também por disputas institucionais e pelo aumento dos custos da construção.

O projeto também revelou diversas lacunas no diagnóstico e tomada de decisão que, rapidamente, se transformaram em focos de conflito (FERREIRA; DANTAS, GOMES, 2022). O principal ponto da controvérsia pública teve origem no descontentamento das comunidades, que não foram chamadas a participar no processo de decisão e não foi discutido o pagamento de possíveis contrapartidas. Subitamente, viram-se atingidas com a construção da barragem cerca de 850 famílias residentes na comunidade Barra de Santana e agricultores circunvizinhos (DA SILVA; FORBELONI, 2018; SANTOS; DA SILVA, 2017).

Também não estava previsto o realocamento da comunidade de Barra de Santana (FIGURA 1, nem os custos e o calendário. Nem foi ponderado que a futura área alagada cobriria gravuras rupestres existentes ou mesmo a necessidade de seu registro histórico de reconhecimento e levantamento das mesmas. Na sequência, tomam posição os movimentos sociais, designadamente, o Movimento dos Atingidos pela Barragem Oiticica, mas também atores institucionais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em reação ao fato de terem sido encontradas gravuras rupestres na área a ser alagada.

O redimensionamento da obra e os conflitos gerados deram larga visibilidade ao tema na mídia e geraram outras demandas resultantes da enorme pressão no sentido do acesso à terra contígua ao lago e sobre a necessidade de disponibilização de água para as comunidades, reforçando a possibilidade da barragem vir a beneficiar pequenos agricultores da região, representados, na mobilização, por movimentos sociais como o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC) e o Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem. Na prática, os movimentos articularam-se na luta pela justiça hídrica e acesso à terra, mobilizando recursos, usando diferentes táticas de protesto e todo um repertório que procurou o apoio dos principais atores institucionais estaduais, designadamente do Ministério Público e do próprio governo estadual após eleição de Fátima Bezerra (FERREIRA; DANTAS, GOMES, 2022). Os aspectos mencionados

aumentam o interesse das políticas públicas pela infraestrutura e pelo território, assim como pelo processo de construção e futura operação da barragem (SANTOS; DA SILVA, 2017).

Plano de bacia hidrográfica e agenda de adaptação

Em contexto semiárido com um histórico de secas, o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu não poderia ficar indiferente à temática da mudança climática, tanto no diagnóstico como nas medidas, bem como na referência ao futuro papel da barragem de Oiticica. Por se tratar de um rio interestadual, a coordenação do documento e das políticas é da União. O plano acaba assim por ser o documento de política de gestão, adaptação, participação e promoção de desenvolvimento que junta, além dos órgãos nacionais e regionais, os órgãos do Rio Grande do Norte (RN) e Paraíba (PB), territórios estaduais que compõem a bacia hidrográfica.

Quanto à referência à questão climática, destaca-se o componente de informação para aprimorar os diagnósticos e cenários futuros, o que passa também pela realização de estudos complementares sobre temas estratégicos, onde se inclui a questão climática, assim como a poluição difusa. A informação dá suporte aos balanços hídricos e aos cenários elaborados para cada um dos açudes para 2017, 2022 e 2032 e as respectivas demandas de água face à disponibilidade e cargas poluidoras. Os cenários foram: o normativo, o tendencial e o cenário crítico. No cenário tendencial, as políticas irão permanecer como estabelecidas no diagnóstico. O cenário crítico considera que as demandas crescem. No cenário normativo, as demandas também crescem, porém registra-se um aumento da eficiência no uso da água para abastecimento urbano, indústria e irrigação.

Assim, segundo o documento (ANA, 2016, p. 92), no cenário normativo para o abastecimento urbano foram previstas medidas de controle de perdas nos sistemas de abastecimento de água que vão permitir reduzir as perdas de água de 40% para 35%, em vez dos 40% adotados nos cenários tendencial e crítico. Na irrigação foi prevista a racionalização do uso da água por meio da adoção de métodos mais eficientes, premissa igualmente adotada para as indústrias com incorporação de tecnologias permitindo uma redução da demanda industrial em torno de 10%. Nos cenários tendencial e crítico, para a aquicultura foi considerado que a atividade manteria os volumes outorgados. Para o setor, no cenário normativo foi considerada uma pequena expansão da demanda de 0,5% ao ano. Dado que os horizontes destes cenários foram ou vão a caminho de serem ultrapassados, lembrando que

são para os horizontes 2017, 2022 e 2032, os dados disponíveis para o setor do abastecimento urbano não manifestam a eficiência prevista para a redução das perdas.

O efeito das mudanças climáticas apresentará impactos sobre a disponibilidade hídrica em qualquer dos cenários. Num contexto de enorme incerteza, o cenário de 2032, de longo prazo, reforça a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre os possíveis efeitos na alocação de água. O plano cita alguns exemplos de ações que podem produzir impactos positivos a curto prazo, entre os quais: a realização dos levantamentos batimétricos dos açudes considerados prioritários; os estudos necessários para o apoio ao processo de alocação negociada de água na bacia ou preparação para secas e mudanças climáticas, tais como o refinamento do balanço hídrico e a definição de regras operativas de reservatórios, o desenvolvimento de sistemas de suporte à decisão e a elaboração de planos de contingência de sistemas hídricos.

Saindo das demandas projetadas e entrando na componente que diz respeito à distribuição de recursos financeiros, o plano aloca recursos em três componentes: 1. Gestão de Recursos Hídricos (R \$ 60.226.060,00); 2. Estudos de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos (R \$ 25.210.000,00); e 3. Estudos e Projetos de Medidas Estruturantes (R \$ 64.680.000,00).

No Componente 1, os Programas 1.1 - Fortalecimento do Arranjo Institucional e 1.5 - Segurança de Barragens correspondem a 60% do total do investimento nesse componente, com 30% cada. Os restantes Programas têm a seguinte distribuição orçamentária: 1.2 - Alocação de Água e Apoio à Regulação (13%), 1.3 - Monitoramento (20%), 1.4 - Fomento ao Uso Racional dos Recursos Hídricos (6%) e 1.6 - Acompanhamento e Atualização do Plano (2%).

É no Componente 2 que encontramos, especificamente, o Programa com previsão orçamentária em Alterações Climáticas. Este componente tem os seguintes Programas e distribuição percentual de recursos financeiros: 2.1 - Sistema de Suporte à Decisão (25%); 2.2 Avaliação da Capacidade de Suporte dos Reservatórios (24%); 2.3 - Mudanças Climáticas (19%); 2.4 - Preparação para as Secas (15%); 2.5 - Águas Subterrâneas (12%); 2.6 - Gestão de Áreas de Inundação (5%).

O Programa 2.3 Mudanças Climáticas prevê um investimento na ordem de R\$ 4.900.000,00 distribuídos em três ações:

Ação 1: Elaboração do estudo "Adaptação do Planejamento e da Operação dos Recursos Hídricos à Variabilidade e Mudanças Climáticas na Bacia Estendida do São Francisco".

Ação 2: Ampliação de estudos de desertificação, com a incorporação e replicação dos resultados do projeto piloto de combate à desertificação em execução nos municípios de Carnaúba dos Dantas, Equador e Parelhas, inseridos no Núcleo de Desertificação do Seridó.

Ação 3: Elaboração do estudo "Análise Custo-Benefício de Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas na Bacia dos rios Piancó-Piranhas-Açu" (ANA, 2016, p. 144).

Neste Componente 2, dois programas interceptam a questão climática. São eles: O Programa 2.4 – Preparação para as Secas, com duas ações: Ação 1: Operacionalização do Monitor de Secas no RN e PB; Ação 2: Planos de Contingência às Secas para os sistemas hídricos formados pelos reservatórios Curema/Mãe-d'Água e Engenheiro Ávidos/São Gonçalo; e para o sistema de abastecimento urbano de água da Cidade de Caicó; e o Programa 2.6 – Gestão das Áreas de Inundação, com a Ação 1: Elaboração de plano de gestão das áreas de inundação, com base na elaboração de modelos de simulação hidrológica (chuva-vazão) e hidrodinâmico.

Por último, o Componente 3 prevê investimentos na ordem de R \$64,7 milhões, que representam 43% do total previsto para o PRH Piancó-Piranhas-Açu. A distribuição em Programas e ações é a seguinte, assim como o percentual de investimento previsto: 3.1 - Estudos de Açudagem (11%); 3.2 - Estudos para Oferta Integrada de Água (46%); 3.3 - Estudos para Recuperação e Adequação de Barragens, Canais e Perímetros de Irrigação (26%); 3.4 - Estudos para Abastecimento Urbano e Rural de Água (7%); 3.5 - Estudos para Coleta e Tratamento de Esgotos Urbanos (6%); 3.6 - Programa Baixo-Açu (3%).

O Componente 3 do plano de bacia é onde encontramos referência à barragem de Oiticica. A barragem entra no Programa 3.1 – Estudos de Açudagem, com a Ação 1: Avaliação da adequação do projeto de Oiticica para usos múltiplos e controle de cheias, cuja meta é elaborar estudo de avaliação, com custo previsto de R \$500.000,00.

Para o artigo, não trazemos as projeções setoriais com base nos três cenários e datas, mas importa destacar que se baseiam no pressuposto já indicado de uma redução de eficiência no uso dos recursos hídricos, sobre o qual não existem evidências de acontecer mesmo no cenário de mais longo prazo, 2032. Primeiro, pelo histórico de dificuldades na implementação das políticas públicas, segundo pelo desinvestimento no setor do saneamento básico e terceiro pelo fato do impacto de várias medidas se fazerem sentir somente no muito longo prazo. Tal não retira mérito a Oiticica, um açude de média dimensão que terá um contributo importante para garantia hídrica das populações do Seridó, bem como na prevenção de inundações na cidade de Jucurutu e na promoção do desenvolvimento e soberania alimentar das comunidades da área beneficiada com a irrigação (ANA, 2016).

Oiticica na agenda de adaptação e justiça hídrica

A discussão climática surge de forma residual ou com outras segmentações nas outras agendas consultadas. Observamos que essas agendas destacam, na sua pauta, questões como: o desenvolvimento local e regional, o desenvolvimento da agricultura familiar e, obviamente, o papel de Oiticica como reservatório que vai acumular água da chuva e da transposição, servindo como suporte à barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Esta agenda é instituída sem esquecer o histórico do conflito, que mantém algumas frentes institucionais ativas e possibilita novas análises.

Na agenda do governo do Estado, consideramos um conjunto de políticas constituídas por leis, decretos, regulamentos, nomeações e ações, com informações publicadas no Diário Oficial do Estado, que de 2020 à atualidade se focam nos seguintes tópicos:

- Nomeação de representantes para comissões técnicas de acompanhamento - por exemplo, através da Portaria-SEI nº 23, de 15 de julho de 2021, na redação do Art. 1.º constitui a “Comissão Técnica de Fiscalização para o acompanhamento da execução de serviços de consultoria técnica para a continuidade do gerenciamento geral do empreendimento Barragem Oiticica, compreendendo a supervisão das obras da barragem e do distrito de Nova Barra de Santana, bem como suas ações ambientais, mobilização social, monitoramento e resgate arqueológico e estudos complementares correlatos, conforme objeto do Contrato nº05/2021”.
- Expediente tanto para contratação de empresas de consultoria como de licitação para seleção de empresa de montagem de equipamentos hidromecânicos. Nos vários diplomas, é exemplo a Ordem de Serviço nº 01/2022-SEMARH, de janeiro de 2022, autoriza a empresa HYDROSTEC TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS LTDA, INSCRITA a “INICIAR os Serviços de Aquisição e Montagem de equipamentos hidromecânicos para a Tomada D’água da Barragem Oiticica, localizada no município de Jucurutu-RN, objeto do Contrato no 021/2021-SEMARH, a partir de 03 de janeiro de 2022, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias”.
- Implementação de medidas temporárias em contexto de pandemia - por exemplo, a Ordem de Paralisação de Serviços nº 001/2020 – SEMARH autoriza o Consórcio EIT/ENCALSO a parar as obras. A Portaria-SEI nº 13, de 13 de abril de 2021 coloca restrições nos espaços coletivos e práticas de lazer.

- Avanço na criação de agrovilas, com medidas de expropriação das áreas a ocupar e os critérios. Destacam-se: o Decreto nº30/501, de 15 de abril de 2021, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou constituição de servidão administrativa, áreas de terra situadas nos Municípios de Jucurutu/RN, São Fernando/RN e Jardim de Piranhas/RN. assim como o Decreto nº 30.500, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, área de terra situada no Município de São Fernando e o Decreto nº 30.500 com idêntico procedimento para a terra situada em Jardim de Piranhas. Os terrenos da futura agrovila de Jucurutu tiveram idêntico procedimento através do Decreto nº 29.916, de 12 de agosto de 2020.
- Recuperação de 41 habitações construídas para realocamento da comunidade, neste caso com Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano - CEHAB (a partir da Portaria nº 031/2021 – PR/CEHAB).
- Pedido de Concessão de Licença de Instalação – LI, para a Implantação da Barragem Oiticica, pedida pelo IDEMA foi autorizada pela SEMARH em 24/04/2021.
- Aviso de licitação para recebimento de propostas para contratação de empresa para a construção das obras de implantação da Agrovila São Fernando, no município de São Fernando – RN, em 25 de fevereiro de 2023 (Concorrência Pública N.º 001/2023 - SEMARH).

Por outro lado, igualmente importante foi a própria publicização das ações e tomadas de posição através da mídia, nas redes sociais e em sites oficiais, entre eles da SEMARH, com a apresentação de notícias partilhadas nas redes sociais pela sua agência de comunicação social, correspondendo a ações concretas do governo e da secretaria.

Entre os temas, destacamos a visita dos governantes e o entendimento com a comunidade e Movimento dos Atingidos. Alguns exemplos: “Oiticica: Moradores aprovam a qualidade das casas na Nova Barra de Santana” (ASCOM/SEMARH, 08 jul 2020), na sequência da visita do secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, João Maria Cavalcanti. Outros títulos são: “Nova Barra de Santana para verificar andamento das obras e apresentar as cinco tipologias das casas que vão realocar os moradores atingidos pela área alagada da Barragem de Oiticica”; e “Segurança hídrica: governadora entrega planos de trabalho ao ministro do desenvolvimento” (ASCOM/SEMARH, 25 jun. 2020), este último a propósito da visita de Rogério Marinho ao local. Destacamos ainda os títulos: “Governadora visita obras de Oiticica e entrega novo projeto de urbanização”,

(ASCOM/SEMARH, 24 set 2020); e “SEMARH inicia tratativas com Movimentos dos Atingidos (ASCOM/SEMARH, 10 jul 2021) (SEMARH, 2020/2022).

Neste processo foi importante o destaque que o próprio ministro do Desenvolvimento Regional à época, Rogério Marinho, também potiguar, tomou a obra como ponto para a sua progressão política, que em 2018 teve um grande rebaixamento, no sentido de preparar a sua candidatura a senador da república. E, no sentido mais amplo, a conclusão da barragem de Oiticica e a chegada das águas da transposição ao Eixo Norte são, do ponto de vista do marketing político, como a cereja no topo do bolo. Essa é a razão desde que foi inaugurado o Eixo Leste da transposição para que tivesse uma inauguração oficial e uma inauguração popular (FERREIRA, 2019). Seja qual for o destino da obra, a sua conclusão confere prestígio aos detentores do poder político no momento.

A informação coletada mostra o avanço do processo e o posterior conflito entre o governo do Estado e o governo Federal, sobre o qual o governo estadual divulgou uma nota de imprensa de repúdio, a 4 de fevereiro de 2022, a um vídeo da presidência da República e do Ministro Rogério Marinho sobre o andamento das obras da Barragem de Oiticica.

Para o governo estadual, o que foi divulgado foram “inverdades e mostram, tanto da parte do presidente da República quanto do seu assessor, o total desconhecimento sobre as questões relacionadas ao Complexo Oiticica, especialmente, sobre os contextos sociais existentes”. A polêmica surge a propósito do atraso do realocamento da comunidade Carnaúba Torta, que na perspectiva do Governo do RN, não se tratava apenas de obras de concreto e água a ser armazenada, a vulnerabilidade das famílias merecia igualmente que fossem “tratadas como parte de uma política pública na qual todos e todas são importantes”.

O objetivo foi criar todas as condições de habitabilidade das residências e de serviços públicos, colocando a comunidade Nova Barra de Santana 100% saneada e com todos os serviços públicos essenciais. Meses depois, através da Lei Estadual nº 11.180, de 28 de junho de 2022, a governadora Fátima Bezerra denominou a agrovila localizada no Município de Jucurutu, de Agrovila Raimundo Nonato, com residentes anteriores na comunidade de Carnaúba Torta.

Prioridades da agenda da mídia

Pela sua extensão, o artigo não pôde trazer o aprofundamento da agenda da mídia sobre o tema, mas apenas elementos selecionados. Temos acompanhado a temática do conflito sobre a questão hídrica no semiárido (FERREIRA; DANTAS, GOMES, 2022), neste caso queremos salientar o papel da mesma mídia como palco de conflito, que vindo de

décadas anteriores se acentuou no período considerado, face a diferenças políticas entre as lideranças do governo do Estado e do governo da União.

No acentuar desse conflito entre líderes das principais instituições, do país e estado, destacam-se as notícias que dão conta da visita de Jair Bolsonaro à barragem, no dia 9 de fevereiro de 2022, com acusações de parte de aproveitamento político da barragem e de uma inauguração improvisada no caso da chegada da água da transposição, uma vez que acabou por não chegar no momento certo. Sobre a polêmica, o jornal Tribuna do Norte publica, em 9 de fevereiro de 2022, a matéria com o título “Política: Governo repudia declaração de Bolsonaro e diz que não faz uso político de Oiticica”.

A reação encheu igualmente as redes sociais da SEMARH, com o órgão em nota repudiando a afirmar que “a declaração do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de que o Governo do RN estaria impedindo a conclusão das obras da Barragem de Oiticica, em Jucurutu, por motivações políticas”. Para a SEMARH e governo do estado, as informações divulgadas no vídeo são “inverdades” e reforça que o Governo “em nenhum momento fez uso político da barragem” (TRIBUNA DO NORTE, 2022). Em notícia do dia 11, Rogério Marinho afirmava que a “Cobrança do presidente deu resultado”.

A polêmica tem a ver com um vídeo em que o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a Barragem de Oiticica não é concluída por motivações políticas da governadora Fátima Bezerra. Tal como deu conta a Tribuna do Norte de 9 de fevereiro de 2022, o presidente afirmou que “a transferência de 10 a 15 famílias na área próxima à barragem, que é necessária para terminar a parede do vão central, não é feita, porque o governo tem motivos que envolvem questões políticas”.

Tendo como ponto da discórdia o adiamento da entrega das casas à comunidade de Carnaúba Torta, que, segundo o governo do Estado, se devia à opção da comunidade em apenas ocupar as casas quando estas reunissem todas as condições em termos de fornecimento de água e energia. O governo estadual esclareceu que tal não impedia a mudança, a qual só veio a acontecer no final desse mês de fevereiro de 2022.

Agenda do movimento dos atingidos

Um dos temas motivo de conflito, mas também de consenso posterior e de grande expectativa, diz respeito à decisão articulada de associar a construção da barragem à construção de 3 agrovilas nos municípios abrangidos. A instalação de agrovilas em Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas, com habitantes das comunidades a serem alagadas, foi

a opção encontrada para a promoção da agricultura familiar. As agrovilas são uma reivindicação do Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem Oiticica.

Dado tratar-se de um processo longamente negociado essa expectativa é positiva, mas não podemos esquecer o passivo em processos semelhantes, com destaque para as agrovilas da transposição, que acabaram excluindo do desenvolvimento as comunidades realocadas (DINIZ *et al.*, 2020), tema que a reportagem no site UOL de 5 de julho de 2022 mostrava através do colunista Carlos Madeiro. Segundo a coluna (MADEIRO, 2022), cinco anos após a chegada da água da transposição ao Eixo Leste, “as 18 agrovilas no Nordeste que passaram a receber famílias reassentadas a partir de 2015 por causa da construção dos canais da transposição do rio São Francisco estão até hoje sem água para irrigação”.

Ainda que a questão climática se faça presente, a luta do Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica é pelo acesso à terra, pelo acesso à água e pela soberania alimentar. Isso mesmo se comprova em vários comunicados em intervenções, de que destacamos a 16 de abril de 2021 a reação à publicação dos decretos estaduais que procedem à desapropriação de terras para as agrovilas nos municípios de São Fernando e Jardim de Piranhas - Decreto nº 30.499 e o Decreto nº 30.500, ambos de 15 de abril de 2021.

O processo tinha avançado quanto às terras para a agrovila de Jucurutu, que na mesma data se encontravam desapropriadas e em processo de licitação para o início das obras. Em reação, o movimento afirmou que “foi uma atitude correta do governo e uma grande vitória do movimento, pois, agora já temos a garantia da terra para os agricultores e agricultoras sem-terra! A luta do movimento agora é pela implantação das agrovilas com moradias, infraestrutura produtiva e equipamentos públicos comunitários!!”.

Destacando que as 3 agrovilas assentam 112 famílias de agricultores sem-terra e que o projeto em curso traz a perspectiva de produção de alimentos saudáveis. O movimento reafirma os seus lemas: “Lutar por direitos e justiça é um ato de cidadania e dignidade humana!”; “Barragem de Oiticica, Sim! Injustiça não! Diretos já! No Ponta PÉ não Sairemos!” (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE OITICICA, 2021a).

Em comunicado de 4 de agosto de 2021 reafirma a importância das 3 agrovilas, esclarecendo que:

A partir do Termo de Conciliação do acordo Extrajudicial entre movimento e governo do estado foi estabelecido que nas agrovilas serão reassentadas

agricultores/as sem-terra em condições de subordinados/as, parceiros/as, arrendatários/as e comodatários/as autônomos/as, com cultura efetiva e moradia habitual cadastrados/as na época do levantamento socioeconômico, que manifestarem interesse em permanecer na Zona Rural de acordo com critérios estabelecidos entre movimento dos atingidos, sindicatos e governo do estado.

E apresenta os objetivos das agrovilas:

- a) Reassentamento de agricultores/as sem-terra na perspectiva da democratização do acesso à terra e o combate à crise econômica e social agravada pela pandemia de covid-19;
- b) Promover processo de produção em transição agroecológica, visando garantir alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade da Caatinga com glebas de terras familiares e coletivas respeitando a área de reserva legal e área de proteção ambiental;
- c) Disponibilizar para as famílias de agricultores moradias e estrutura coletiva de uso comum para equipamentos sociais: sede da associação e administrativa do assentamento rural; posto de saúde, saneamento ambiental rural, escola e torre com estrutura de sinal digital para acesso à internet; e
- d) Por fim, essas agrovilas são estratégias de garantir aos agricultores/as familiares sem-terra: Terra, Trabalho e renda; Soberania, segurança e soberania alimentar e nutricional; Agroecologia na perspectiva dos alimentos saudáveis, proteção da natureza, da água e da biodiversidade do bioma caatinga; Condições de vida digna para as famílias de agricultores, agricultoras e juventudes reassentadas nas agrovilas (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE OITICICA, 2021b).

Temos assim um interceptar de agendas e atores sociais, com estratégias divergentes e preocupadas com a visibilidade da obra, tanto ao garantir a execução do reservatório quanto em garantir o direito à terra e água e direitos dos reassentados, dependendo de quem lidera no país e na região.

Conclusões

A barragem de Oiticica é uma obra estruturante para o Estado do Rio Grande do Norte, porém, no seu avanço está ausente uma discussão sobre o seu enquadramento em uma política do território do semiárido do RN e sobre o papel das grandes infraestruturas hídricas no desenvolvimento e na adaptação climática (SEN, 2020). Como se apresenta, levanta questões sobre o modelo produtivo de uma agricultura exportadora muito dependente de água. As políticas públicas não podem ficar omissas quanto ao conflito e justiça hídrica, autonomia hídrica, soberania alimentar e sustentabilidade (ACSELRAD, 2010; SULTANA, 2018).

Além da barragem, é necessário refletir sobre a adaptação da agricultura ao contexto climático regional do semiárido e prioridades que estão diretamente conectadas com a discussão sobre a aplicação da água para abastecimento e a água para desenvolvimento de

produção agrícola e crescimento econômico. Por outro lado, não é possível esquecer erros da transposição do São Francisco, que deixaram comunidades à beira dos canais sem água (DINIZ *et al.*, 2020), evidenciando a necessidade de planejar nas diversas escalas, assim como garantir que as infraestruturas hídricas para o semiárido sejam colocadas como promotoras da garantia hídrica, justiça social e desenvolvimento.

Importa ainda reforçar que a partir do momento em que o conflito levou à negociação não foi possível entender o deslocamento das comunidades como deslocamentos forçados, na medida em que abriram espaços participativos e de governança que culminaram na inclusão das agrovilas no projeto como demanda das lideranças locais. Os processos de resistência da fase de arranque da obra abriram espaço à negociação e procura de alternativas de desenvolvimento local e inclusão de pequenos e médios proprietários, mas também de famílias sem teto, que acabaram sendo incluídas nos realocamentos para as novas casas. Talvez aí se venha a reforçar a tese que encara os conflitos socioambientais também como conflitos de base ontológica, tanto na perspectiva decolonizadora como na base tecnológica da resposta tradicional (OLIVEIRA, 2021; RADAELLI; VARGAS; FLEURY, 2019).

Nesse sentido, a centralidade da água vai para além da sua característica de recurso natural, surge impregnada também a partir da sua dimensão histórica, social e das vivências culturais, repercutindo-se por sua vez nas definições e ocupação do território, assim como nas formas de organização dos grupos e resposta das instituições.

Quanto ao tema principal da análise, a questão da adaptação climática, surge essencialmente no plano de bacia que, como vimos, apresenta cenários que urge atualizar. Oiticica não pode seguir à margem dos grandes debates internacionais sobre água, reconversão de usos, dinâmicas do território, economia, sustentabilidade e responsabilidade para com as gerações futuras.

Como obra hidráulica liga-se à transposição do Rio São Francisco, o objetivo é a garantia hídrica da região do Seridó, assim como a promoção da agricultura familiar e servir de suporte à produção de fruticultura irrigada no vale do Assu, localizado a jusante. O modelo efetivamente de usos e as condições em que vão ocorrer nunca foram efetivamente debatidos apesar de todo o calor do conflito. As principais preocupações se evidenciam ainda no sentido de justiça histórica pela qual os potiguares, em particular os seridoenses esperavam, ou seja, no sentido da reparação pelo atraso na resposta às suas necessidades e não com preocupações com o que está para vir. Essa vertente não deixa de ser adaptativa, mas pode ser insuficiente e vir tarde, faltando igualmente políticas integradoras e pensadas para os atuais desafios.

É de louvar a convergência quanto ao tema entre os movimentos sociais, encabeçados pelo Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica, e o governo estadual, bem como diversos outros órgãos públicos, incluindo federais, trata-se de um consenso que resulta da luta, do resultado de um caminho com soluções negociadas. O conflito institucional identificado entre os detentores do poder da Federação e do Estado têm características diferenciadas e somente ganha força a partir da cobertura midiática dos envolvidos, que se colocam em palco a partir do reconhecimento da barragem, que acabou sendo visibilizada como obra estrutural que pode garantir votos.

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ANA. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu**. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2016.

BRASIL. **Extrato de termo de compromisso**. Diário Oficial da União Nº 104, 3 de junho de 2013, p. 69. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=69&data=03/06/2013>. Acesso em: 10/08/2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Barragem Oiticica – RN. In: **Plano de Aceleração e do Crescimento**, 2018. Disponível em <http://www.pac.gov.br/obra/8043>, acesso a 12 de setembro de 2019.

COINFRA/SEMARH (2022). **Relatório de gestão 2019-2021**. Natal: Secretaria Estadual de Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Rio Grande do Norte.

DA SILVA, A. S. B., & FORBELONI. Os Impactos Ambientais e Sociais da construção da Barragem de Oiticica – Jucurutu/RN. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens**, Itajubá-MG, Brasil, 2018.

DINIZ, P. C. O.; FERREIRA, J. G.; COSTA, A. M.; SILVA, F. J. R. da. Exilados da água no contexto da transposição do rio São Francisco: privação e conflitos por água nas vilas rurais em Sertânia (PE), Monteiro (PB) e São José de Piranhas (PB). In: **Anais do 44º Encontro Anual ANPOCS**, 2020. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYTToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjQ6IjQxNTEiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiMTBjZDRkYTZiMzdlYmU2MjI5ZjJjZWVwYzRmYjRhNWYiO30%3D>. Acesso em: 26/08/2022.

FERREIRA, J. G. A transposição das águas do Rio São Francisco na resposta à seca do Nordeste brasileiro. Cronologia da transformação da ideia em obra. **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 53-72, 2019.

FERREIRA, J. G.; DANTAS, M. W. de A.; GOMES, M. B. F. Atores e causas do conflito ambiental no processo de construção da barragem de Oiticica, Rio Grande do Norte/Brasil. **Revista Concilium**, Vol. 22, Nº 4, 2022, p. 267-281.

GERHARDT, C. H. Grandes projetos de desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental: das macroéticas e suas justificações às "entidades-satélite". **RURIS** (Campinas, Online), v. 8, n. 2, 2014.

MADEIRO, C. REPORTAGEM: Desalojados da transposição do São Francisco estão há cinco anos sem água, **Notícias UOL**, 5/07/22. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/07/05/familias-relocadas-da-transposicao-estao-ate-hoje-sem-agua-para-irrigacao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10/08/2022.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE OITICICA. Coordenação do Movimento. **Reivindicações do Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica, no território do Seridó potiguar, à governadora Fátima Bezerra**. Jucurutu/RN, 2019.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE OITICICA. **Comunicado (sem título)**. Jucurutu/RN, 16 de abril, 2021a.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE OITICICA. **A conquista das agrovilas no complexo barragem de oiticica!** Jucurutu/RN, 4 de agosto, 2021b.

OLIVEIRA, S; D; M. Conflitos pela água no Oeste da Bahia: por uma abordagem ontológica dos conflitos socioambientais. Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021. Disponível em:

<https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjYyODEiO3oiO3M6MToiCI7czozMjoiOTYxZTNmZWVmOGViOWFjNWY5OGU3MDE2MjUxNWI4ZGEiO30%3D>. Acesso em: 25/08/22.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Convênio/Acordo**. Número do Instrumento (SIAFI/SICONV) 674878. Controladoria Geral da União, 2018. Disponível em: <https://www.transparencia.gov.br/convenios/674878?ordenarPor=data&direcao=desc>. Acesso em: 11/08/2022.

RADAELLI, A.; VARGAS, F.; FLEURY, L. Ciências sociais, ambientes e o debate colonial: uma introdução. **Revista Contraponto**, v. 6, n. 2, 2019.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos CEBRAP**, p. 109-125, 2008.

RIBEIRO, M. M. R., FERREIRA, J. G., AMORIM, A. L. de.; SCHMIDT, L. Bacias hidrográficas compartilhadas no Brasil e na Península Ibérica: buscando consensos via mecanismos de resolução de conflitos. In: Philippi Jr, Arlindo; Sobral, Maria do Carmo (Ed.). **Gestão de bacias hidrográficas e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Manole, p. 1020-1046, 2019.

SANTOS, J. S., & DA SILVA, M. C. Água e conflito: o movimento do(a)s atingido(a)s e a Barragem de Oiticica (Jucurutu/RN) (2012-2014). **Revista GeoInterações**, v. 1, n. 2, p. 3-29, 2017.

SEMARH. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte. **Notícias**, 2020-2022. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/semarh/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=863&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Acervo+de+Not%EDcias>. Acesso em: 25/08/2022.

ŞEN, Z. Water structures and climate change impact: a review. **Water Resources Management**, v. 34, n. 13, p. 4197-4216, 2020.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS. Agência Nacional de Água e Saneamento Básico. **Mapa Interativo**, 2018. Disponível em: <https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/webappviewer/index.html?id=07bb81587cb145a9b5a1a26c5f7064f5>. Acesso em: 11/03/2023.

SULTANA, F. Water justice: Why it matters and how to achieve it. **Water International**, v. 43, n. 4, p. 483-493, 2018.